

Imprensa das classes subalternas: atualização e atualidade de um conceito

Rozinaldo Antonio Miani

RESUMO

A vitalidade ou degenerescência, o uso ou desuso de um conceito depende das características políticas e das condições sócio-históricas das práticas que lhe dão substância. O caso do conceito de “imprensa das classes subalternas” se apresenta como típico para dar sustentação a esse argumento. O presente artigo tem como objetivo desenvolver uma reflexão sobre o conjunto das práticas comunicativas impressas no âmbito da comunicação popular e comunitária, por considerá-las herdeiras da tradição da imprensa proletária, bem como apresentar os componentes presentes no conceito de “imprensa das classes subalternas” que nos permita afirmar a sua pertinência para estabelecer uma análise atual da história da chamada imprensa proletária/operária no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa proletária. Imprensa operária. Comunicação popular. Comunicação comunitária.

1 Introdução

A história da imprensa das classes subalternas no Brasil, comumente identificada como “imprensa proletária” ou “imprensa operária”, foi objeto de interesse de diversos estudiosos durante as décadas de 1980 e 1990, principalmente nos estudos dos pesquisadores Antonio Albino Canelas Rubim e Maria Nazareth Ferreira, que, apesar de algumas diferenças entre si, resultaram numa importante organização cronológica das “etapas” da referida imprensa. O que se observa, porém, é que desde então, início da década de 1990, pouco se fez para atualizar tal história e mesmo problematizar as questões analisadas à época.

O que nos moveu à realização deste trabalho foi a necessidade de atualizar a história da imprensa das classes subalternas e verificar a pertinência e viabilidade dos conceitos utilizados para a sua definição. Quais práticas comunicativas no Brasil hoje podem ser consideradas expressão da imprensa das classes subalternas? Quais as condições sócio-históricas de realização de tais práticas? Qual o conceito que melhor expressa essa história considerando as características políticas e ideológicas de suas práticas antigas e atuais?

Como premissa de nosso trabalho, consideramos que nem o conceito de “imprensa proletária” e muito menos o de “imprensa operária”¹ é capaz de abarcar a abrangência e a complexidade atuais das características políticas e das condições sócio-históricas da produção de uma imprensa das classes subalternas.

Para sustentar nossa afirmação, faremos inicialmente uma reconstituição das “etapas” de desenvolvimento desse tipo de imprensa até o final da década de 1980; em seguida, apresentaremos uma proposta de como deve ser compreendida a continuidade dessa história até os dias atuais. A partir desse contexto, construiremos nossa argumentação acerca da inadequação dos conceitos “imprensa proletária” e “imprensa operária” e defenderemos a utilização da expressão “imprensa das classes subalternas” para a definição de um tipo de imprensa contra-hegemônica, desenvolvida no âmbito do que entendemos por comunicação popular e comunitária.

2 Historiografia da “imprensa proletária”

Do aparecimento dos primeiros jornais operários, ainda no século XIX, até o início da década de 1990, podemos organizar a história da “imprensa proletária” a partir da estruturação proposta tanto por Albino Rubim quanto por Maria Nazareth Ferreira.

Ferreira em um de seus trabalhos propôs a organização dessa história em três etapas (FERREIRA, 1988). No entanto, em outro momento de seu processo de reflexão (FERREIRA, 1990), a própria autora abdicou de sua estruturação e optou por utilizar a organização proposta por Albino Rubim, que comporta uma

¹ Pela inadequação dos termos, eles aparecerão neste trabalho sempre entre aspas.

divisão dessa história em cinco períodos (RUBIM, 1983). Diante disso, essa será também a nossa referência para reconstituir a história da “imprensa proletária” no Brasil até então.

O primeiro período, definido predominantemente como imprensa anarcossindicalista, contempla o período compreendido entre o início do processo de urbanização brasileiro durante o século XIX e vai até meados da década de 1920, quando se verificou concretamente uma mudança efetiva de orientação política por parte da classe trabalhadora no Brasil.

De acordo com Ferreira, o operariado da época foi fortemente marcado pela presença do operário imigrante, tendo proporcionado as condições efetivas para a organização do proletariado brasileiro que, ainda segundo a autora, contava invariavelmente, na direção política dos mais variados movimentos, com “[...] uma liderança imigrante, com a presença marcante do anarcossindicalismo como ideologia.” (FERREIRA, 1988, p. 12). No que se referia à imprensa, vale ressaltar que a imprensa anarcossindicalista se auto-intitulava apartidária e “apolítica”.

O segundo período, denominado como imprensa partidarista de resistência, tem seu gestar com a formação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922, e vai até a queda de Getúlio Vargas e do Estado Novo em 1945.

Para além do nascimento do PCB, a declaração de Lenin sobre a implantação da ditadura do proletariado como forma de governo da revolução proletária russa, após a vitória dos bolchevistas, foi o estopim de uma grande divisão no operariado brasileiro, marcada pelo conflito declarado entre os comunistas e os anarcossindicalistas. Segundo Ferreira,

Propondo uma organização centralizada, os comunistas, após a fundação do PCB, intensificaram sua atuação nos sindicatos operários, sustentando uma luta ideológica com os anarquistas e lutando pela unidade sindical como condição básica para o êxito nas ações de massa (FERREIRA, 1988, p. 30).

A disputa política entre comunistas e anarcossindicalistas, combinada com o advento do fenômeno do “populismo” no país, resultaram no esfacelamento da unidade do movimento proletário favorecendo a ação repressiva contra o referido movimento. A imprensa que se manteve ativa no período passou a se caracterizar fundamentalmente por sua ligação orgânica com o partido político.

O terceiro período, designado apenas de imprensa partidarista, foi marcado por um contexto sócio-político de intervenção do Estado nos sindicatos e por uma intensificação das bases de um processo de industrialização. Esse período teve início em 1945 e se estendeu até o Golpe Militar de 1964.

A diferença em relação à prática do período anterior está

na eliminação da qualificação outrora atribuída à imprensa partidarista como “de resistência”. Isso se explica em razão do reconhecimento, pelos analistas, de uma “assimilação” de algumas características do “populismo”, por parte do PCB e do movimento sindical, que se traduziu em concepções e práticas marcadas pelo colaboracionismo e corporativismo exacerbados.

O quarto período, delimitado temporalmente ao decênio 1964-1974, apesar de reconhecidamente diferente do período anterior e também do posterior, não recebeu por parte dos pesquisadores uma denominação precisa. O que podemos constatar é que o contexto sócio-político da época é muito característico e por si só justifica um recorte específico na história da “imprensa proletária”.

O referido período foi marcado pelas práticas de violência e repressão por parte dos representantes do regime militar, principalmente contra o movimento proletário e suas vanguardas, além de uma fragmentação no seio da esquerda, com ênfase nas divergências em relação às concepções e condições para a realização da luta armada. Na imprensa, tanto quanto nas ações políticas de uma maneira geral, destacou-se a atividade clandestina.

Ao se referir às condições que indicam a dificuldade de oferecer com precisão a característica predominante da “imprensa proletária” do referido período que, por conseguinte, resulta da ausência de uma denominação, Ferreira afirma: “[...] esta etapa quando melhor pesquisada, poderá oferecer um conjunto de jornais de caráter partidarista, mais que sindicalista; entretanto, até o estágio atual das pesquisas, não é possível nenhuma conclusão” (FERREIRA, 1990, p. 33).

O último período analisado é caracterizado como a etapa da imprensa sindical, que corresponde ao período que se inicia em 1974, por ocasião de um abrandamento do regime militar, e que se estende, ao menos, até o final da década de 1980. Nesse período destacou-se a retomada do movimento proletário e do movimento sindical, empenhados, respectivamente, na luta contra a falta de liberdades democráticas e na luta contra o arrocho salarial.

Referir-se apenas a esse período da história da “imprensa proletária” como imprensa sindical pode, de imediato, causar um estranhamento e até mesmo uma discordância, por reconhecer que durante toda a história do movimento proletário brasileiro os sindicatos sempre se fizeram presentes de maneira importante, e isso também é extensivo à sua imprensa. A sustentação de que apenas no quinto período da história da “imprensa proletária” a imprensa sindical é digna de hegemonia se traduz pelo reconhecimento de que essa imprensa passou a apresentar elementos inéditos em relação a outros períodos e que a organização proletária, a partir do final da década de 1970, proporcionou uma

grande vitalidade e primazia da produção impressa dos sindicatos em detrimento da imprensa de outras formas de organização da classe trabalhadora. A respeito da então nova configuração da imprensa sindical retomamos nossa reflexão desenvolvida em outra oportunidade:

Há necessidade de destacar, ainda, que a imprensa sindical apresenta importantes diferenciações em relação às experiências anteriores da imprensa das classes subalternas. Ela não é elaborada por trabalhadores ou militantes proletários ligados organicamente às organizações; é produzida por profissionais especializados, principalmente jornalistas, contratados pela entidade para fazer a notícia e “encaminhar” o jornal. Diante disso nasce uma preocupação dos próprios militantes operários em produzir textos e livros mostrando como esses profissionais devem atuar, que linguagem utilizar (veja-se o exemplo de Vito Giannotti, militante da oposição metalúrgica de São Paulo que escreveu sobre o que é “jornalismo operário”). Quanto ao conteúdo, este sofre uma gradativa alteração e vai se confirmando uma supremacia das lutas econômicas sobre as lutas políticas, como reflexo da própria orientação interna das direções sindicais (MIANI, 2000, p. 37).

Para concluir essa parte do trabalho, ressaltamos que a periodização aqui apresentada contempla tão somente o período que vai das primeiras experiências de uma imprensa das classes subalternas (ainda no século XIX) até o final da década de 1980. O desafio a seguir será atualizar essa história, procurando identificar as práticas comunicativas dignas de serem reconhecidas como herdeiras da tradição da “imprensa proletária”, refletindo sobre as condições sócio-históricas de tais produções, ou como nas palavras de Ferreira, o “entorno histórico e social que as envolve” (FERREIRA, 1988, p. 7).

3 Uma nova etapa: imprensa popular e comunitária

Para realizar a tarefa de “atualizar” a história da imprensa das classes subalternas faz-se necessária uma reflexão preliminar sobre os conceitos utilizados até então para qualificá-la.

Já afirmamos anteriormente que a abrangência e a complexidade das práticas comunicativas, em geral, e da imprensa, em particular, das classes subalternas sinalizam para a inadequação dos termos “operária” e “proletária” como “tradutores sócio-culturais” desse fenômeno. Estes termos põem obstáculos concretos para uma melhor percepção e compreensão da pluralidade de práticas que poderiam ser incorporadas à história da imprensa das classes subalternas, mas que, sob estas denominações, estariam alijadas de tal condição. Retomaremos esta reflexão mais adiante; por ora, basta que coloquemos em suspenso estes conceitos - operária e proletária - e que tenhamos maior liberdade para desenvolver nosso raciocínio e reflexão.

Antes de tudo, é preciso reconhecer que, a partir da década de 1990, e com a mesma intensidade nesta primeira década do século XXI, o contexto sócio-econômico-político e cultural apresenta mudanças significativas em relação ao que se verificou

no Brasil até a década de 1980.

Não será o caso neste momento - por não se tratar do nosso objetivo - apresentar uma ampla e detalhada análise das profundas mudanças ocorridas na sociedade contemporânea, de maneira geral, e da organização do mundo do trabalho, em particular, nas últimas duas décadas. Vamos admitir, apenas, que vivemos uma nova etapa no desenvolvimento do capitalismo mundial marcado pelo advento da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), como a dinâmica hegemônica para o processo de acumulação de capital, e pela consequente implantação do neoliberalismo (BOITO JR., 1999), como doutrina ideológica de sustentação dessa nova lógica do capital².

Os impactos dessa “nova ordem capitalista” foram devastadores para as organizações das classes subalternas. As transformações que se verificaram - e ainda se verificam - no mundo do trabalho, principalmente como consequência dos processos de reestruturação produtiva, apontam para uma desmobilização generalizada dos setores populares e para uma despolitização das organizações e movimentos populares e sindicais. O cenário partidário também apresenta drásticas mudanças, principalmente no aspecto ideológico dos partidos, que refletiu intensamente nos processos de organização de classe³.

Ainda antes de partir para a nossa identificação e análise da imprensa das classes subalternas a partir da década de 1990, faz-se necessária outra ressalva. Numa análise minuciosa e criteriosa, desde 1990 até os dias atuais, poderíamos reconhecer e constatar momentos claramente distintos e até mesmo contraditórios entre si, em razão de mudanças conjunturais de grande envergadura, que poderiam resultar, para efeito de historiar a “recente” imprensa das classes subalternas, em múltiplas etapas. No entanto, por se tratar de uma primeira incursão sobre a referida questão, optamos por considerar todo esse período como uma única etapa⁴.

Desde 1990, o que se observa no contexto das classes subalternas é um refluxo de suas organizações e um redirecionamento de suas lutas. Os movimentos populares, tão presentes e combativos até a década de 1980, dão lugar a uma avalanche de organizações não governamentais (ONGs) - além de organizações de outras naturezas como cooperativas, associações filantrópicas etc - que não fazem senão institucionalizar as demandas populares agindo, na maioria dos casos, como “colaboradores” dos gestores de plantão, “neutralizando e fragmentando o descontentamento nascente resultante da barbarização da economia” (PETRAS, 2000, p. 195).

No âmbito do movimento sindical o que se constata, também, é uma guinada conservadora marcada pelo desenvolvimento de um sindicalismo neocorporativista. Giovanni Alves nos apre-

² Um estudo amplo e detalhado sobre os “novos tempos na economia mundial” consta do primeiro capítulo de nossa tese de doutoramento, cf. MIANI, Rozinaldo Antonio. *As transformações no mundo do trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista*. Assis, Unesp, 2005. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

³ Sobre esse aspecto, a afirmação apresentada é resultado muito mais de especulações e análises subjetivas do que propriamente um estudo embasado teoricamente.

⁴ O reconhecimento dessa limitação será força motriz para novas pesquisas e reflexões sobre o assunto. No entanto, como anunciado inicialmente, a tarefa mais urgente era por uma atualização dessa história e, nesse sentido, acreditamos que, mesmo com as limitações, este artigo vem proporcionar uma importante contribuição a respeito da temática.

sentada uma boa síntese sobre a situação do movimento sindical dos tempos de reestruturação produtiva:

Sob a ofensiva do capital na produção, o movimento sindical brasileiro é levado não só a repensar sua linha de ação, mas, sobretudo, a reconhecer, cada vez mais, os próprios limites intrínsecos da prática sindical convencional sob a mundialização do capital: as corporações transnacionais tornam-se cada vez mais ágeis e capazes de desconstituir os obstáculos de resistência do sindicalismo organizado, seja pelas inovações organizacionais e tecnológicas, seja pela descentralização produtiva (ALVES, 2000, p. 300).

Em razão de sua reorientação político-ideológica, o movimento sindical, de maneira predominante, destituiu a sua imprensa da condição de instrumento privilegiado de propaganda e formação de opinião, de organização social e de conscientização, enfim, de sua natureza político-revolucionária.

No âmbito das organizações partidárias, há que se destacar que a credibilidade nos partidos políticos na atualidade é irrisória. Numa pesquisa realizada no início dessa década, o percentual de credibilidade não chegou a 1%⁵. Numa pesquisa mais recente, esse percentual foi apresentado em sua ordem inversa, ou seja, o resultado indicou que 75,9% não confiavam nos partidos políticos⁶. Por mais que a imprensa partidária daqueles partidos políticos que, outrora, foram considerados partidos identificados com os interesses das classes subalternas possa ser considerada relativamente significativa (com uma vasta produção regular de jornais e revistas, impressos e eletrônicos), sua representatividade e, por extensão, sua legitimidade, passaram a ser contestadas ou, ao menos, relativizadas. Para se avaliar com precisão o impacto e a importância dessa produção no conjunto da imprensa das classes subalternas do período atual, seria necessária uma profunda análise, que não cabe ser aqui desenvolvida. O que podemos afirmar, por ora, é que, por suas vicissitudes, não há como lhe atribuir predomínio entre as práticas de imprensa típicas das classes subalternas.

Enfim, diante dessa desqualificação política que se verifica nas organizações “clássicas” das classes subalternas, há que se procurar reconhecer no seio da sociedade contemporânea as práticas comunicativas que permitam uma identificação mais precisa do que podemos assumir como próprias de tais classes. E aqui apresentamos nossa principal proposição.

Acreditamos que o ambiente favorável para a identificação de quais práticas são factíveis de pertencimento à tradição da imprensa das classes subalternas é o da comunicação popular e comunitária⁷. As experiências comunicativas assim reconhecidas e nominadas se apresentam, antes de tudo, como força contra-hegemônica no campo comunicacional tanto quanto se mostram uma alternativa ao modelo de comunicação praticado

■
⁵ Conforme Pesquisa do Datafolha divulgada pela Associação Nacional de Jornais em 13/08/2001.

■
⁶ Cf. Artigo produzido por Aloisio Nunes de Faria no *Jornal do Triângulo* em 28/09/2007, com base em pesquisa realizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Como não é possível precisar o índice específico da credibilidade entre os partidos de esquerda, tomamos o percentual como representativo para todos os partidos políticos independente de sua matiz ideológica.

■
⁷ A expressão “Comunicação Popular e Comunitária”, nessa ordem, é uma construção que teve origem na dinâmica do Curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária da Universidade Estadual de Londrina, em atividade desde 2002, e que vem se consolidando numa perspectiva de constituição de um campo de conhecimento que implica uma práxis interdisciplinar. Não há propriamente uma novidade nos termos, mas certamente há uma reelaboração lingüística, combinada com uma construção semântico-ideológica de novo teor, que procura recuperar aspectos significativos da concepção e práticas de comunicação popular e de comunicação comunitária, entendidos como realidades diferentes, e estabelecendo uma interação propositiva e dialética entre elas.

pelas mais diversas frações da classe burguesa. Essa comunicação está subsidiada pela realidade das classes subalternas, em todas as suas formas de organização, com o propósito de potencializar o processo de transformação social a partir da emancipação/desalienação dos sujeitos dessas classes e da apropriação consciente dos pressupostos político-ideológico anticapitalistas.

O elemento controverso que pode emergir de nossa proposição está, justamente, na utilização do termo “comunitário”. Quanto ao termo popular, muito já se problematizou a respeito de suas significações e, de nossa parte, o que fazemos é tão somente assumir os componentes conceituais apresentados e defendidos, entre outros, por Cícilia Peruzzo (PERUZZO, 1995).

Quanto ao termo comunitário, reconhecemos suas potenciais ambiguidades, bem como sua sugestiva “aura conservadora”. No entanto, enfrentamos o desafio de “disputar o conceito” por entender que ele guarda possibilidades estratégicas privilegiadas e, no limite, pode atuar como um poderoso instrumento linguístico numa eventual disputa ideológica pela consciência daqueles indivíduos “tomados de assalto” em sua subjetividade pelas técnicas de sedução e aliciamento políticos praticadas pelos ideólogos da burguesia.

Sobre a definição de comunicação comunitária que defendemos, retomamos uma de nossas reflexões anteriores quando afirmamos que é um tipo de comunicação que

[...] conduz a uma desalienação que possibilita uma melhor compreensão dos indivíduos sobre sua realidade concreta e, conseqüentemente, uma maior autonomia e consciência na proposição de ações que julguem pertinentes ao bem-estar de sua comunidade. De maneira mais decisiva, a contribuição da comunicação comunitária ao processo de disputa pela hegemonia no campo da comunicação se efetiva no momento mesmo em que ela possibilita uma ruptura com a concepção e o modo de fazer comunicação das grandes empresas do setor, que configuram o monopólio midiático (MIANI, 2006a, p. 8).

Portanto, reafirmamos a condição produtiva do termo “comunitário” no contexto de nossas reflexões e apresentamos como proposição (ainda que se reconheça como necessária uma análise mais aprofundada das questões aqui envolvidas) que a atual etapa da história da imprensa das classes subalternas seja denominada como “imprensa popular e comunitária”.

Antes de prosseguirmos em nossa análise, é necessário ressaltar que, no contexto da comunicação popular e comunitária, há um reconhecimento tácito de que a imprensa é tão somente uma das suas expressões comunicativas e que, portanto, o isolamento que se fará de uma “imprensa popular e comunitária” é apenas para efeito do contexto a que se refere a análise em questão, qual seja, o universo da imprensa.

O que se apresenta como novidade nesta proposição, em



⁸ Aqui é necessário fazer uma ressalva, pois poderíamos insinuar que a análise nos remete a um obrigatório reconhecimento de que todo o universo partidário e/ou sindical produzia, respectivamente, uma imprensa ligada aos interesses das classes subalternas. Nem mesmo o uso dos termos “operário” ou “proletário” resolve essa questão, pois no caso partidário, o próprio PCB se alinhou politicamente ao “populismo” e, no caso sindical, havia múltiplos exemplos de sindicatos operários com direções pelegas e mesmo reacionárias. Esse é, certamente, mais um desafio para os pesquisadores do tema.

relação à denominação atribuída a cada uma das etapas anteriores, é o fato de que todas as outras etapas estavam, respectivamente, identificadas com uma determinada organização da classe trabalhadora. Anarcossindicalismo, partido político ou sindicato hegemonizaram, a seu tempo, a imprensa das classes subalternas; e, naqueles casos, essa regra até se mostrava pertinente⁸. Para esta nova etapa, diferentemente, o que prevalece não é o tipo de organização política, mas a concepção de comunicação - aqui restrito à imprensa - que se pratica, uma vez que já não se pode, com a mesma clareza de antes, vislumbrar uma “vanguarda” hegemônica dentre as mais diversas formas de organizações das classes subalternas.

Portanto, considerando as argumentações apresentadas até aqui, quais seriam então, concretamente, as práticas identificadas como de uma imprensa das classes subalternas?

As experiências da imprensa sindical, da imprensa partidária, da imprensa produzida pelos movimentos populares ou demais organizações sociais populares e mesmo algumas experiências individuais, desde que assumam política e ideologicamente os pressupostos da luta anticapitalista, garantindo um vínculo orgânico com os interesses históricos das classes subalternas, devem ser reconhecidas como herdeiras de sua tradição.

Para identificar os sindicatos e partidos alinhados a essa concepção político-ideológica há que se fazer um estudo sistemático e detalhado de cada uma dessas organizações e de sua respectiva imprensa; já não é mais possível a mera abstração, sob pena de cometer impropriedades. A única abstração possível, por ora, é de que devemos continuar afirmando que, no plano estrutural/institucional, os sindicatos de trabalhadores e os partidos políticos de esquerda devem ser reconhecidos *a priori* como instrumentos legítimos de organização de setores das classes subalternas. Daí a confirmar sua práxis realmente contra-hegemônica, demanda intensos esforços de pesquisa e análise.

No âmbito dos movimentos sociais e populares, a tarefa é a mesma; temos que analisar cada organização social em sua experiência singular. A exceção que encontramos nesse caso (que também não deixa de ser polêmica, a depender da perspectiva política que se assume para sua análise) é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A nosso ver, o MST materializa, em grande parte, os pressupostos acima indicados e sua imprensa pode ser assumida como tipicamente de imprensa popular e comunitária.

Para reafirmar a amplitude de práticas de imprensa produzidas fora do âmbito estritamente partidário ou sindical, implicada no conceito de imprensa popular e comunitária, apresentamos como um significativo exemplo dessa imprensa a experiência

do jornal Brasil de Fato. Em circulação desde 2003, o jornal Brasil de Fato abriu uma nova frente, em termos de imprensa, para a disputa da hegemonia no campo da comunicação, pois é produzido, editado e encampado por um conjunto de jornalistas, intelectuais e militantes políticos ligados aos mais diversos movimentos e organizações de esquerda do Brasil e até mesmo da América Latina. Sobre as características que o enquadram na condição de uma experiência representativa de imprensa popular e comunitária, vejamos a definição sobre o objetivo do jornal feita pelo jornalista Josué Santos por ocasião do lançamento do jornal em Porto Alegre, durante o III Fórum Social Mundial, em 2003:

O objetivo do jornal é expressar tanto uma visão de esquerda sobre os fatos e a realidade brasileira, quanto uma visão de solidariedade internacional entre os povos; ser plural nas idéias, mas comprometido profundamente com os interesses de transformação social do povo brasileiro; servir de subsídio, com informação e reflexão para toda militância social do país; estimular as lutas sociais, os movimentos de massa e o engajamento político dos leitores; promover permanentemente os valores humanistas e socialistas; e disputar mentes e corações do povo brasileiro elevando o nível de consciência política da sociedade (SANTOS, 2005)⁹.

■ Documento eletrônico.

Em um artigo produzido por ocasião do II Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina, realizado em 2006 na cidade de Londrina, apresentamos a seguinte reflexão sobre o jornal Brasil de Fato:

[...] apesar de não representar toda a pluralidade de concepções ideológicas no campo da esquerda nem se apresentar como o modelo acabado de um "jornal popular", vem procurando, desde sua criação, manter viva a chama de uma comunicação popular com vistas à disputa pela hegemonia (MIANI, 2006b, p. 4).

Enfim, é justamente pelo caráter de produção contra-hegemônica, vinculada ideologicamente à luta anticapitalista em todas as suas formas e possibilidades, configurando, no plano da produção comunicativa, uma alternativa política ao monopólio midiático, combinado com a disposição de proporcionar as condições objetivas e subjetivas para o estabelecimento de um processo de desalienação do sujeito, que conferem a estas experiências a condição de uma imprensa popular e comunitária.

Como última consideração sobre esse item, faz-se mister reconhecer as flagrantes limitações em nossa análise, principalmente pela carência de exemplos que pudessem dar maior substância à nossa proposição. No entanto, ponderamos que as bases estão claramente apresentadas e os argumentos devidamente desenvolvidos e que, dado o volume de produções impressas produzidas no âmbito das organizações das classes subalternas aqui reconhecidas como tais exigir-se ia um trabalho de tamanho fôlego que só poderia se realizar mediante condições apropriadas e tempo compatível e, ainda assim, talvez não pudéssemos garantir uma precisão tal qual se tem em relação aos jornais de

períodos anteriores.

Passemos agora à última tarefa aqui proposta, qual seja, apresentar uma reflexão acerca do melhor conceito que expressa a história das classes subalternas considerando as características políticas e ideológicas das práticas antigas e atuais.

4 Em busca de um conceito já encontrado

Na verdade, o que julgamos ser nossa tarefa neste momento não é exatamente desenvolver um “novo” conceito que possa ser melhor representativo para a história da imprensa das classes subalternas, nem mesmo pretender que ele se revele a partir de agora como uma novidade para o leitor. Até porque, na prática, nós o assumimos desde o começo desta reflexão como a melhor forma de expressar o fenômeno em questão. Trata-se da própria expressão “imprensa das classes subalternas”.

A inadequação do conceito “imprensa operária” para expressar o conjunto da imprensa das classes subalternas foi sugerido pela própria autora que o havia utilizado em boa parte de suas análises. Maria Nazareth Ferreira admitiu que, com o desenvolvimento da sociedade e do proletariado ao longo de sua história, a expressão “imprensa operária” tornou-se “insuficiente para designar a moderna imprensa das classes subalternas”. Por isso, ela própria propôs “renunciar à expressão ‘imprensa operária’, substituindo-a por ‘imprensa proletária’” (FERREIRA, 1990, p. 29).

Diante disso, fica sacramentado que o conceito de “imprensa operária” não se sustenta, pois até mesmo os seus mais dedicados utilizadores o abandonou por reconhecer sua imperfeição e insuficiência. Então não vamos mais nos ater a essa discussão; vamos partir para o próximo termo, “imprensa proletária”.

Nesse caso a questão é um pouco mais delicada, porque não há como não reconhecer a força ideológica implicada no termo “proletário”. Propor a sua inadequação pode, inadvertidamente, sugerir que se esteja propondo uma ruptura com o cabedal conceitual do qual ele é diretamente derivado, o que não é o caso. Portanto, queremos inicialmente encaminhar nossa reflexão reafirmando a “positividade” da palavra “proletária” como termo inconfundível e inviolável em sua significação no que se refere a explicitar sua identidade ideológica vinculada ao universo semântico das classes subalternas. O que faremos aqui não tem nada a ver com uma contestação da significação propriamente dita, mas tão somente em relação ao seu uso no contexto histórico geral da imprensa das classes subalternas.

Porém, antes de adentrarmos numa reflexão mais aprofundada sobre os conceitos, julgamos necessário tomar como ponto

de partida, reconhecendo sua pertinência, que toda palavra é um signo ideológico e que deve ser compreendida em seu contexto político e sócio-histórico. O estudioso russo, Mikhail Bakhtin, afirmou categoricamente que “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência” e que “será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais”. Prosseguiu o autor:

A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais (BAKHTIN, 1997, p. 41).

A partir de tais premissas, apresentamos os primeiros elementos que vão nos conduzir ao universo de nossa reflexão. Vimos logo acima a afirmação de que todo signo ideológico, ou seja, toda palavra, deve ser compreendida em seu contexto político e sócio-histórico. Apesar do termo “proletário” ser irrefutavelmente consignado como a definição da classe social que conduzirá o processo revolucionário contra a burguesia capitalista, haja vista sua proposição umbilical no contexto da teoria política do materialismo histórico e dialético, e, portanto, digno de absoluta credibilidade junto aos mais diversos setores das classes subalternas, sua contextualidade sócio-histórica não revela a mesma vitalidade.

A complexidade atual dos setores constitutivos do que denominamos por classes subalternas não permite ao termo “proletário” a mesma precisão que ele revelou em períodos anteriores. Há certamente muitas discussões em torno do conceito “proletário” e “proletariado”, principalmente no sentido de rever e ampliar a sua base de constituição (ANTUNES, 2005), mas o fato é que, na atualidade, sua força simbólica ativa não é capaz de absorver determinados contornos (que na prática significa afirmar que alguns setores assumidamente identificados como classe subalterna não são reconhecidos como constitutivos do proletariado) que acabaria por comprometer o entendimento e, por extensão, a inclusão de determinadas práticas de imprensa das classes subalternas, inquestionavelmente dignas de sua tradição e alinhamento.

Recorramos à própria Maria Nazareth Ferreira, que absorveu essa expressão para suas análises, para ampliar nossa problematização. Ao tratar das dificuldades de conceituação da imprensa das classes subalternas como “imprensa proletária” a autora afirma:

Seria necessário localizar, no âmbito da imprensa proletária, outras caracterizações na tentativa de estabelecer os limites de cada uma destas especificidades e os possíveis nexos que as identifiquem como imprensa proletária. Nesse sentido, basicamente dois tipos de imprensa proletária são considerados como o núcleo central desta imprensa de classe, sendo os mais importantes para o estudo da teoria da comunicação: a imprensa partidarista e a imprensa sindical. [...] Entretanto, para uma proposta mais ampla no sentido de avaliar a operacionalidade desta forma de

comunicação de resistência das classes subalternas, será necessário um aprofundamento da análise destas duas formas de expressão (FERREIRA, 1990, p. 30).

Podemos observar que a própria autora sugere a existência de uma delimitação prévia, revelada em seu texto pela expressão “âmbito da imprensa proletária”. E é aqui que se verifica uma importante fratura no referido conceito. A circunscrição desse “âmbito” é bastante problemática pela própria indefinição, entre os autores que analisam a temática do proletariado, sobre qual a sua abrangência em termos de setores que o constitui. Poderíamos exemplificar essa questão relembrando o debate que permeou por longos anos os congressos partidários e sindicais acerca do papel que cumpriam os movimentos populares no contexto na luta de classes, qual seja, seriam eles apenas movimentos táticos e não estratégicos? Nesse contexto, estava implicado o próprio questionamento acerca da condição de seus sujeitos. Seriam eles dignos da insígnia de proletário, pertencente à classe social revolucionária, uma vez que suas ações nos respectivos movimentos não tinham incidência direta sobre os rumos determinados pelas vanguardas políticas da classe?

Outro elemento revelador de uma amputação presumível de setores das classes subalternas não incorporadas no conceito de proletário se verifica ao longo de todo o texto de Ferreira. A autora afirma que apenas a imprensa partidária e a imprensa sindical são consideradas como o núcleo central da “imprensa proletária”. Num contexto em que as organizações das classes subalternas se concentram basicamente em torno de partidos e sindicatos, o termo “imprensa proletária” até poderia ter sustentação; no entanto, quando ampliamos a noção de imprensa das classes subalternas também para expressões de uma imprensa popular e comunitária, como aqui proposto, a sua inadequação se escancara.

Diante do exposto, resta-nos concluir que o conceito que nos parece mais apropriado para garantir a coerência e a complexidade do tipo de imprensa aqui analisado, considerando os mais diferentes contextos sócio-históricos ao longo dessa história de aproximadamente um século e meio, é mesmo o conceito de “imprensa das classes subalternas”. Não há porque tentar buscar outras expressões apenas para substituir um conceito que supostamente se julgue frágil (se é que isso de fato tenha motivado essa busca).

Por fim, reafirmamos que, no caso da expressão “imprensa proletária”, o que asseveramos não é uma suposta insuficiência, muito menos uma incompatibilidade do termo com o contexto político e ideológico que perpassa a história da imprensa das classes subalternas, mas tão somente que seu uso é inadequado do ponto de vista do contexto sócio-histórico geral. Nesse sentido,

acreditamos que o conceito de imprensa das classes subalternas guarda em seu universo concreto e simbólico os componentes mais objetivos e subjetivos para representar linguisticamente (e, por conseguinte, ideologicamente) a história de uma imprensa contra-hegemônica, de resistência e luta política contra as classes dominantes e que potencialize um processo de desalienação dos sujeitos históricos pertencentes organicamente aos mais diversos setores classes subalternas.

5 Considerações finais

A breve incursão que fizemos, por ocasião da produção deste artigo, só fez crescer a disposição de enveredar esforços no estudo dessa temática. Uma análise mais minuciosa e aprofundada da história da imprensa das classes subalternas possibilitará perceber com mais clareza as nossas tarefas mais urgentes e necessárias com vistas à construção de uma hegemonia no campo da comunicação, tarefa na qual estamos empenhados há algum tempo.

O trabalho aqui desenvolvido está longe de cumprir plenamente a exigência de uma “atualização” da história da imprensa das classes subalternas no Brasil, como de fato se deve; nem mesmo o fato de supostamente termos cumprido os objetivos aqui propostos deve nos assoberbar e ofuscar os desafios que se apresentaram a partir do que aqui fora apresentado.

Porém, por outro lado, acreditamos que se trata de um bom começo, pois, a partir de agora, teremos melhores condições de proceder a novas análises, dispondo de uma metodologia mais apropriada e de condições de produção mais favoráveis. Acreditamos, ainda, que as bases da referida reflexão podem suscitar inquietações que, invariavelmente, levariam a um processo produtivo de construção e aprofundamento intelectual.

Press the subaltern classes: update and present a concept

ABSTRACT

The vitality or retrogression, the use or disuse of a concept depends on the political characteristics and of the socio-historical practices that gives it substance. The case of the concept of “subaltern press” is presented as typical to give support to this argument. This article aims to develop a reflection on all printed communication practices within the popular and communitarian communication, considering them the heirs of the tradition of the proletarian press, as well as, present the components present in the concept of “press the subaltern press” that allows us to assert its relevance to establish a current analysis of the history of the entitled proletarian/labor press in Brazil.

KEYWORDS: Proletarian press. Labor press. Popular communication. Communitarian communication.

Pulse las clases subalternas: actualizar y presentar un concepto

RESUMEN

La vitalidad o degeneración, el uso o desuso de un concepto depende de las características de las prácticas políticas y socio-históricas que le dan sustancia. El caso del concepto de “prensa de las clases bajas” se presenta como típico para dar soporte a este argumento. Este artículo tiene como objetivo desarrollar una reflexión sobre todas las prácticas de comunicación impresos en la comunicación popular y comunitaria, por considerar que los herederos de la tradición de la prensa proletária, así como presentar los elementos presentes en el concepto de “prensa de las clases bajas” que nos permite afirmar su importancia para establecer un análisis actual de la historia de la llamada prensa proletária/laboral en Brasil.

PALABRAS CLAVE: Prensa proletária. Prensa laboral. Comunicación popular. Comunicación comunitária.

Referências

ALVES, Giovanni. **O Novo (e precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1999.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Comunicação e resistência na imprensa proletária.** 1990. Tese (Livre Docência em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

_____. **A Imprensa operária no Brasil.** São Paulo: Ática, 1988.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Comunicação comunitária: uma alternativa política ao monopólio midiático. In: I ENCONTRO DA UNIÃO LATINOAMERICANA DE ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA, 1., 2006, Niterói. **Anais...** Niterói: Ulepicc-Brasil, 2006a.

_____. Jornal Brasil de Fato: disputando a hegemonia no campo da comunicação. In: II SIMPÓSIO ESTADUAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 2., 2006, Londrina. **Anais...** Londrina, 2006b.

_____. **As Transformações no mundo do trabalho na década de 1990:** o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. 2005. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

_____. **A Utilização da charge na imprensa sindical na década de 80 e sua influência política e ideológica.** 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. Comunicação popular em

seus aspectos teóricos. In: _____. (Org.). **Comunicação e culturas populares**. São Paulo: Intercom, 1995. P. 27-44.

PETRAS, James. **Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. A Pesquisa brasileira sobre imprensa proletária. In: MELO, José Marques de (Org). **Pesquisa em Comunicação no Brasil: tendências e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1983. P. 47-60.

SANTOS, Josué. **Lançamento do jornal Brasil de Fato**. 2005. Disponível em: <<http://www.cidade.usp.br/impressaodigital/0103/noticias.php>> Acesso em: 11 jul. 2006.

Rozinaldo Antonio Miani

*Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Campus Assis).
Professor Adjunto do Departamento de Comunicação e do Programa de Mestrado em Comunicação Visual da Universidade Estadual de Londrina (UEL).
E-mail: rmiani@uel.br*

Recebido em: 25.04.2010

Aceito em: 26.06.2010